por di GIORGIO GRIZIOTTI, DARIO LOVAGLIO e TIZIANA TERRANOVA en UniNomade / Traducido por
Coletivo de tradutores Vila Vudu
en
Tlaxcala

Há cerca de um ano, uma nova força de manifestação da multidão pela grande rede impôs-se à atenção do mundo inteiro, primeiro na batalha por Wikileaks, depois, a partir da Tunísia, nas revoltas árabes e nos movimentos 15M e Occupy.

Depois de um ano chave, grávido de ameaças e promessas, esses recém-nascidos da governança financeira, que nada sabem de um movimento global completamente novo, e conscientes da forte ameaça que é, contra eles, a comunicação horizontal entre as multidões, fazem pesar sua dominação e tentam retomar a iniciativa de ataque contra a liberdade na grande rede.

Primeiro, foi a tentativa de fazerem aprovar a lei SOPA, Stop Piracy Online Act, e o projeto PIPA, Protect Internet Protocol Act. Depois, veio o fechamento da página Megaupload nos EUA.

Hoje somos chamados para outro grande combate mundial, dessa vez contra o ACTA, Anti-Counterfeiting Trade Agreement [Tratado Comercial Antipirataria]), tratado liberticida de defesa do copyright e de penalização da pirataria.

Preparado em segredo pelos executivos de uma quarentena de países, sem qualquer debate público ou parlamentar, o ACTA, cujo relator francês, Kader Arif, abandonou o projeto ("Não participarei dessa palhaçada" – disse ele), já foi assinado por Obama, o qual, contudo, recusou-se a assinar a lei SOPA.

O [Tratado] ACTA não será adotado na Europa, se não for aprovado no Parlamento Europeu. Manifestações na Polônia e em vários países, entre os quais a França, e as 2,5 milhões de assinaturas em desacordo levaram a Comissão Europeia a cercar-se de algumas cautelas. Pediu o parecer da Corte Europeia de Justiça, para determinar se o ACTA seria incompatível, de algum modo, com os princípios da União Europeia ou contrário ao espírito da proteção dos direitos humanos.

Reforçar os direitos de propriedade pelo copyright põe à vista um paradoxo: de um lado, o

capital precisa desse reforço para preservar a ampliar sua posição em lucros, baseada na captura do “tempo cerebral disponível” [na captura da “mais-valia, do trabalho da multidão”, na formulação de Zizek, em “ A revolta da burguesia assalariada ”, 17/1/2012,v(NTs)] e na propriedade dos dados informacionais; de outro lado, reforçar o copyright cria obstáculos à cooperação social, altamente produtiva porque não se faz a partir da divisão do trabalho, mas a partir do valor produzido pela circulação de fluxos de desejos, de percepções, de afetos. Essa circulação produz novas sedimentações de significados, produz o comum e produz comuns em quantidades vastíssimas, que excedem a capacidade do capital para capturá-los.

Disputa entre duas alas do capitalismo

Essa contradição está no cerne da batalha interna que se trava entre duas alas do capitalismo: (a) a ala dos capitalistas históricos, os “que estão no poder” [orig. incumbent], como disse Yochai Benkler[3], constituída dos grandes conglomerados do entertainement, para os quais o copyright é vital; e (b) a ala das grandes empresas de Web 2.0, chamada, por Mackenzie Wark[4], de “a classe vetorial”, que se alimenta, realmente, da grande produção comum.

Segue-se disso, que as leis SOPA e PIPA são, por um lado, defendidas pelas majors e pelas cariátides das mídias verticais, como as grandes empresas que ainda mantêm impérios jornalísticos, como os Murdoch & Cia.[5]; e, de outro lado, são combatidas pelos Google, Facebook, Ebay, Amazon e até pela convertida de última hora, a Microsoft; esses, de fato, não passam de falsas virgens, cujo objetivo nada tem a ver com alguma liberdade de manifestação na rede, mas com a construção e demarcação de gigantescos e muito rendáveis feudos (áreas privadas de caça?), como diz, com precisão, Infofreeflow[6].

Não podemos portanto concordar com o que diz Manuel Castells em entrevista recente, que “Google é mais aliada que inimiga”[7], porque é simplesmente “um negócio, não uma ideologia”. Há contradição em termos, se se fala de uma das primeiras capitalizações mundiais; e o que dizer, depois disso, da estratificação étnica praticada em seu célebre campus, Googleplex, no qual os trabalhadores têm faixas de cores diferentes, diferentes direitos de acesso e diferentes proibições para a socialização?

Em termos mais gerais, o debate sobre a internet depois do fechamento da página Megaupload pelo FBI, reforçado pela decisão, da empresa Twitter, de implantar regime de autocensura, que faz o jogo dos poderes constituídos, está marcado por duas tendências: de um lado, os entusiastas da rede, que veem em Megaupload um veículo importante, graças aos seus traços de horizontalidade e de liberdade para a troca de informações. De outro lado, os que criticam um capitalismo especificamente digital, baseado na captura e na exploração de dados.

O conceito “capitalismo digital” sugeriria a separação entre um capitalismo em rede e um

outro capitalismo, “material”, separação na qual o primeiro seria marcado por um conflito dialético entre o parasitismo e a cooperação social; e o segundo, por outro conflito, entre o empresário e o operário.

Em todas essas, o capitalismo não faz distinção entre a produção imaterial e a produção material – o que é válido para empresas de computação, como Amazon ou Apple. O capitalismo digital não é uma esfera em si, para retomar a crítica tradicional ao capitalismo cognitivo, cuja definição exclui a dimensão material da produção e da exploração, tese defendida no artigo de Wu Ming sobre Fétichisme de la marchandise digitale et exploitation cachée : les cas Amazon et Apple[8] [O fetichismo da mercadoria digital e exploração oculta: os casos de Amazon e Apple]. As condições de trabalho nas empresas digitais – vida carregada de stress e depressões, e número alarmante de suicídios – indicam claramente que o que se produz nos armazéns da Amazon e nas fábricas de smartphones da chinesa Foxconn não é diferente, no fundo, dos implacáveis métodos de “ou aumenta a produção ou cai fora”, que forçam à competitividade até a última gota de sangue nos arranha-céus de La Défense[9].

Mesmo no setor das tecnologias digitais da informação e da comunicação, veem-se grandes investidores e investimentos, que vão das imensas, embora ocultadas e antiecológicas servers farms da empresa Google[10] e da Cloud Computing, até a oferta de novas redes (4G), e que, todos, utilizam as mesmas práticas possíveis de redução de custos e de discriminação do trabalho assalariado. A massiva deslocalização de fábricas na direção da Índia e de outros países onde os salários são menores e, também, a recente lei francesa que precariza e torna expulsáveis os jovens imigrados recém formados nas Faculdades de Engenharia privadas e pagas a preço de ouro, são provas desse processo.

O capitalismo digital está também fortemente implicado na governança global do capitalismo rentista. Esse capitalismo opera num continuum de produção e de circulação que, ao mesmo tempo, intensifica os ritmos da exploração e da proletarização do trabalho assalariado e se apropria de grande parte do trabalho livre produzido com os dispositivos (PCs, smartphones e tablets) não raras vezes comprados a prestações. Tudo isso força a utilização de meio de pagamento obrigatório (empresas iTunes, Ebay/Paypal, Amazon Oneclick) e empurra muitos compradores para as garras do endividamento e da exploração financeira.

Sem negar a existência da exploração da produção material, sobretudo nas fábricas e escritórios, queremos chamar a atenção para a evidência de que a grande rede é o atrator que catalisa e reorganiza o conjunto das configurações produtivas além de qualquer divisão ficcional entre trabalho material e imaterial, real e virtual, ou entre mídias verticais e horizontais. A grande rede, de fato, não é constituída só dos fluxos de dados, programação ou desenvolvimento e instalação de programas; também é constituída das infraestruturas, servidores, laptops, smartphones e outros tablets; e, como consequência implícita, a grande rede também é exposta à invasão pervasiva desses dispositivos.

Dado que não se vê qualquer choque entre esses dois capitalismos, mas um processo de reconfiguração que se organiza em torno da hegemonia das finanças, da informação e da circulação, parece bem claro que o único modo de alterar a situação presente passa pela

auto-organização do trabalho vivo das multidões no território e nas redes.

Capitol Hill [Colina do Capitólio], Seattle, dezembro 2011: Numa parede do prédio ocupado, as palavras do rebelde alemão Thomas Müntzer's (1489-1525) sob tortura, antes de ser decapitado. Podem ser traduzidas como "Todos os bens são de todos", ou, em termos mais contemporâneos, "Tudo para todos!"

ANONYMOUS e OCCUPY

Dentre os exemplos de auto-organização da multidão em rede que emergiram há alguns anos, a experiência dos Anonymous parece-nos absolutamente crucial. Esse grupo está no centro da grande reação-resposta ao fechamento da página Megaupload e da mobilização contra o tratado ACTA. Sem aspirar a refazer toda a história do grupo em poucas linhas, os Anonymous nasceram praticamente com a campanha contra a seita da Cientologia e afirmaram-se com o apoio que dão a Wikileaks, quando atacaram diretamente as plataformas

nevrálgicas de pagamento online, como Visa, Mastercard, Paypal, que haviam bloqueado, por iniciativa das próprias empresas, e sem qualquer justificativa legal, todas as doações a WikiLeaks.[11]

Interessante destacar o quanto a ação dos Anonymous e de seus hackers ativos na grande rede é cada vez mais claramente complementar e integrada ao movimentos Occupy e 15M e, simultaneamente, surge como alternativa às plataformas empresariais de comunicação social como Facebook ou Twitter. Além da osmose e das evidentes diferenças de contexto e modo de ação entre as grandes instâncias do movimento global, já emergem semelhanças marcantes no campo dos princípios e das modalidades de organização.

A infraestrutura técnica na qual se trava o debate público provocado e feito pelos Anonymous é o IRC (Internet Relay Chat), a primeira modalidade surgida de comunicação instantânea (chat) por Internet, que permite o diálogo simultâneo de grupos de pessoas, em 'salas de bate-papo' chamadas ali "canais". A topologia da rede IRC, como escreveu Dmytri Kleiner[12], preserva os princípios da comunicação entre usuários (peer to peer, P2P), em oposição à configuração atual de tipo cliente/servidor das plataformas de rede social [orig. social networking] baseadas na rede.

Os Anonymous criaram e utilizam vários canais autônomos, como lugares de debates públicos e para outras atividades de fundo humorístico ("só pelo sarro", Lulz, LoL, o/) ou consagrados a discussões sobre o social. Os canais de debate têm função semelhante à das assembleias dos movimentos Occupy e 15M, e nos três casos a coordenação das discussões é não hierárquica.

Como lembrado em artigo recente[13], há um código ético de funcionamento dos Anonymous, segundo o qual nem a liderança, nem a celebridade, em nenhum caso, são fim em si. Os Anonymous oferecem o que Mike Wesch[14] definiu como "uma crítica virulenta contra o culto pós-moderno da celebridade, do individualismo e do conceito de identidade". Tudo isso se manifesta, em primeiro lugar, na recusa a identificarem-se por nome e sobrenome civis, identificação que, em geral, define o modelo político-econômico de plataformas como Facebook. O anonimato, nesse caso, permite adotar, no ambiente eletrônico, o mesmo tipo de andamento e de procedimentos adotado nas assembleias do movimento 15M, para evitar comportamento egocêntricos; e favorece a que se insista sempre em buscar, escrupulosa e incansavelmente, o consenso possível caso a caso.

Os canais IRC, onde se constituem as várias facções dos Anonymous, são abertos ao público, mas os Anons exigem um mínimo de competências técnicas e de conhecimento do ambiente, para entrar ou para tornar-se administrador (ops) de operações. Os Ops têm a tarefa de manter a ordem e podem excluir pessoas que desrespeitem as regras culturais e decisões vigentes: no canal Anonops, por exemplo, é proibido fazer apologia da violência e discutir com a mídia. Os Ops podem participar do debate, mas não determinam os planos de ação nem as operações (raids) dos Anonymous.

Como no movimento dos Indignados, também nos Anonymous são as pessoas que mais trabalham que acabam por ser investidas de alguma autoridade; mas não são liberadas para

exercer influência específica. As regras são mais rígidas para os contatos com o exterior: um Anon que se recuse a participar das ações diretas, de tipo “Negação Distribuída de Serviço” (DDoS)[15], e que fale com jornalistas, corre risco de expulsão. Entre os Indignados, todos podem falar aos veículos verticais de comunicação de massa (rádios, jornais, revistas e televisões) sobre o movimento, mas sempre, exclusivamente, em seu próprio nome: ninguém pode apresentar-se como representante ou porta-voz do movimento.

Se se considera essa convergência real, pode-se esperar que, no futuro, as barreiras técnicas que ainda separam essas instâncias do movimento da multidão venham a diluir-se; hoje, carregamos dispositivos conectados cada dia mais potentes, que permitem que nosso corpo, nosso espírito, nossa inteligência interajam com as redes. As vidas (do grego bios) estão hoje mais socialmente integradas, de modo mais intenso e contínuo, pela internet portátil, mediante várias redes e milhões de aplicações. Esse é um novo paradigma, que definimos como “bio-hipermidiático”[16].

É nossa impressão hoje, nosso sentimento, que a bio-hipermídia será um meio chave que permitirá integrar ainda mais significativamente os movimentos da rua e que se manifestam em rede.

---

[3]Em http://fr.wikipedia.org/wiki/Yochai_Benkler .

[4]Em http://fr.wikipedia.org/wiki/Kenneth_McKenzie_Wark

[5]Em http://savoirscommuns.org/tag/murdoch/
http://www.rue89.com/2011/11/10/berlusconi-et-murdoch-dans-le-meme-vieux-bateau-qui-coule-226419

[6]Em http ://www.infoaut.org/index.php/blog/clipboard/item/3735-battono-in-ritirata-

le
-
lobby
-
del
-
copyright
-
netwar
-
ultimo
-
atto

[7]Em http :// www . democraziakmzero . org /2012/01/27/ auto - comunicazione - di - mas sa /

[8] Em http :// www . wumingfoundation . com / giap /? p =5241

[9] “La Défense” é ‘a Wall Street de Paris’. O bairro está localizado no extremo oeste de Paris. É o maior centro empresarial desenvolvido na Europa [em http://pt.wikipedia.org/wiki/La_D%C3%A9fense] (NTs).

[10] Os conjuntos de milhares de computadores onde opera o ‘cérebro’ computacional da empresa Google, sempre cercado de sigilo máximo. Sobre isso ver http://en.wikipedia.org/wiki/Google_platform (NTs).

[11] Sobre os Anonymous, ver “ Anonymous: A ética da ação digital direta ”, 27/1/2012. A partir daquela página, pode-se ler também vários artigos publicados pelo blog Redecastorphoto, sobre os Anonymous [NTs].

[12]Em http://www.networkcultures.org/_uploads/%233notebook_telekommunist.pdf

[13] Em http :// mediacommons . futureofthebook . org / tne / pieces / anonymous - lulz - collective
-
action

[14] Em http://en.wikipedia.org/wiki/Michael_Wesch

[15] Em http://fr.wikipedia.org/wiki/Attaque_par_d%C3%A9ni_de_service

[16] Em http://savoirscommuns.org/reseaux-et-bio-hypermedia/